

Prefeitura Municipal de Campo Largo – PR Processo Administrativo nº. 3915/2026

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. Registro de Preços para aquisição de meliponários para o município.
- 1.2. Ata de Registro de Preços com vigência de 12 (doze) meses prorrogável por igual período, se houver vantajosidade.
- 1.3. Renovação do quantitativo originalmente registrado em caso de prorrogação.
- 1.4. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, mediante solicitação da contratada, o valor dos itens poderão ser reajustados aplicando-se o índice IPCA.
- 1.5. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

Lote	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PREÇO UNIT.	QUANTIDADE	TOTAL
1	1	119111	Colméia Abelha Jataí (CATSER-13170)	unidade	R\$ 300,00	6	R\$1800,00
	2	119112	Colméia Abelha Mandaçaia (CATSER-13170)	unidade	R\$ 350,00	6	R\$ 2100,00
	3	119113	Colméia Abelha Manduri (CATSER-13170)	unidade	R\$ 400,00	6	R\$ 2400,00
	4	119114	Colméia Abelha Guaraipo (CATSER-13170)	unidade	R\$ 600,00	6	R\$ 3600,00
	5	119115	Colméia Abelha Mirim (CATSER-13170)	unidade	R\$ 270,00	6	R\$ 1620,00
	6	119116	Hotel abelha Solitária/ pedestal (CATSER-13170)	unidade	R\$ 350,00	6	R\$ 2100,00
	7	119117	Caixa cofre/ telhado/suporte-base-pedestal para abelha Jataí (CATSER-13170)	unidade	R\$ 350,00	6	R\$ 2100,00
	8	119118	Caixa cofre/ telhado/suporte-base-pedestal para abelha Mandaçaia (CATSER-13170)	unidade	R\$ 350,00	6	R\$ 2100,00
	9	119119	Caixa cofre/ telhado/suporte-base-pedestal para abelha Manduri (CATSER-13170)	unidade	R\$ 350,00	6	R\$ 2100,00
	10	119120	Caixa cofre/ telhado/suporte-base-pedestal para abelha Guaraipo (CATSER-13170)	unidade	R\$ 350,00	6	R\$ 2100,00
	11	119121	Caixa cofre/ telhado/suporte-base-pedestal para abelha Mirim (CATSER-13170)	unidade	R\$ 350,00	6	R\$ 2100,00
<b>VALOR TOTAL DOS ITENS</b>							<b>R\$ 24.120,00</b>



LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PREÇO UNIT.	QUANTIDADE	TOTAL
2	1	119122	Placa descritiva das colmeias/ suporte (CATSER-13170)	unidade	R\$ 170,39	30	R\$ 5.111,70
	2	119123	Placa dos Hotéis/ suporte (CATSER-13170)	unidade	R\$ 170,39	6	R\$ 1.022,34
	3	119124	Placa dos Meliponários/ suporte (CATSER-13170)	unidade	R\$ 170,39	6	R\$ 1.022,34
VALOR TOTAL DOS ITENS							R\$ 7.156,38

**1.6.** O valor total estimado para a presente licitação é de **R\$ 31.276,38** (trinta e um mil e duzentos e setenta e seis reais e trinta e oito centavos), conforme menor valor dos orçamentos anexos.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A Administração Pública necessita contratar empresa especializada na fabricação, instalação, manutenção e prestação de serviço de meliponários, a serem instalados em locais apropriados para preservação e educação ambiental, uma vez que o poder executivo não oferece profissional habilitado a este tipo de trabalho e serviço.

Outro ponto importante é a praticidade e facilidade de gestão oferecidas pela aquisição. Uma vez estabelecida a ata de registro de preços, a entrega regular pode ser facilmente programada e acompanhada.

Considerando a possibilidade de instalação das ações previstas, que surgiu da imprescindibilidade de proteção dos polinizadores, com enfoque nas abelhas nativas sem ferrão e abelhas solitárias, do processo contínuo de sensibilização da população para proteção de tais espécies.

É uma iniciativa para contribuir com o ODS nº 15 – Vida Terrestre, apontado na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Aparece como um projeto para ser referência mundial em sustentabilidade, uma ferramenta para processos educativos sobre os serviços ecossistêmicos e o papel das abelhas nativas no equilíbrio e qualidade ambiental do planeta.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A empresa contratada será responsável pela entrega dos seguintes produtos:

### 3.1. Colméia Abelha Jataí:

**3.1.1.** Caixa racional de criação: Modelo INPA, composta por 3 módulos cuja dimensão interna de cada módulo deve ser, no mínimo, de 12x12 cm de base e 7 cm de altura, cuja espessura mínima da madeira deve ser de 3 cm. As colmeias devem ser compostas pelos módulos de ninho com sobreninho e melgueira sobreposta, um módulo de fundo e uma tampa. É possível também que seja constituída por 2 módulos, no caso do ninho e o sobreninho serem compostos por um único módulo, nesse caso considerar a dimensão de soma dos módulos de ninho e sobreninho. A colônia deverá ser uma matriz e que os módulos de ninho e sobreninho estejam preenchidos e o módulo de melgueira esteja com pelo menos 60% de preenchimento. Para melhorar a preservação da madeira e aceitação pelas abelhas as caixas devem ser pintadas com “verniz de própolis” (uma mistura composta de 50 ml de álcool e 5 g de geoprópolis de espécies de abelhas nativas sem ferrão), verniz



ou tinta à base d'água.

### **3.2. Colméia Abelha Mandaçaia**

**3.2.1.** Caixa racional de criação: Modelo INPA, composta por 3 módulos cuja dimensão interna de cada módulo deve ser, no mínimo, de 14x14 cm de base e 7 cm de altura, cuja espessura mínima da madeira deve ser de 3 cm. As colmeias devem ser compostas pelos módulos de ninho com sobreninho e melgueira sobreposta, um módulo de fundo e uma tampa. A colônia deverá ser uma matriz e que os módulos de ninho e sobreninho estejam preenchidos e o módulo de melgueira esteja com pelo menos 60% de preenchimento. Para melhorar a preservação da madeira e aceitação pelas abelhas as caixas devem ser pintadas com “verniz de própolis” (uma mistura composta de 50 ml de álcool e 5 g de geoprópolis de espécies de abelhas nativas sem ferrão), verniz ou tinta à base d'água.

### **3.3. Colméia Abelha Manduri**

**3.3.1.** Caixa racional de criação: Caixa racional no modelo baú (horizontal), cujas medidas internas mínimas são bastante variáveis, dada a versatilidade adaptativa dessa abelha, pode ser com base de maior dimensão e menor altura, como por exemplo de 18x30 cm na base com 10 cm de altura, ou base de menor dimensão e com maior altura, como por exemplo 15x25cm de base e altura de 15cm. A espessura mínima recomendada para suas caixas é de 3 cm. A colônia deverá ser uma matriz e que a caixa baú esteja preenchida em pelo menos 70% do volume, contendo reserva de potes de mel. Para melhorar a preservação da madeira e aceitação pelas abelhas as caixas devem ser pintadas com “verniz de própolis” (uma mistura composta de 50 ml de álcool e 5 g de geoprópolis de espécies de abelhas nativas sem ferrão), verniz ou tinta à base d'água.

### **3.4. Colméia Abelha Guaraipo**

**3.4.1.** Caixa racional de criação: Devido a suas características específicas essa espécie se adapta muito bem tanto no modelo de caixa racional vertical (INPA) ou horizontal (modelo baú). No caso de caixa no modelo INPA, recomenda-se que seja composta por 3 módulos cuja dimensão interna de cada módulo deve ser, no mínimo, de 16x16 cm de base e 7 cm de altura, cuja espessura mínima da madeira deve ser de 3 cm. As colmeias devem ser compostas pelos módulos de ninho com sobreninho e melgueira sobreposta, um módulo de fundo e uma tampa. No caso de ser caixa racional no modelo baú, deve ter medidas internas mínimas de 18x30 cm de base e 14 cm de altura, cuja espessura mínima da caixa é de 3 cm. A colônia deverá ser uma matriz e que, no caso de caixa INPA os módulos de ninho e sobreninho estejam preenchidos e o módulo de melgueira que esteja com pelo menos 60% de preenchimento e no caso de caixa baú esteja preenchida em pelo menos 70% do volume, contendo reserva de potes de mel. Para melhorar a preservação da madeira e aceitação pelas abelhas as caixas devem ser pintadas com “verniz de própolis” (uma mistura composta de 50 ml de álcool e 5 g de geoprópolis de espécies de abelhas nativas sem ferrão), verniz ou tinta à base d'água.

### **3.5. Colméia Abelha-Mirim**

**3.5.1.** Caixa racional de criação: Mirim-Guaçu: a caixa racional para essa espécie é composta por um único módulo com dimensão mínima interna de 15x15 cm de base e 10 cm de altura, com espessura mínima de 3 cm, ou, Mirim-Nigriceps e Mirim-Preguiça: a caixa racional para essa espécie é composta por um único módulo com dimensão mínima interna de 8x8 cm de base e 8 cm de altura, com espessura mínima de 3 cm. Além da dimensão em cubo, pode ser também constituído no modelo baú pequeno com dimensão aproximada de 12x6 de base e 7 cm de altura, com espessura mínima de 3 cm. Para melhorar a preservação da madeira e aceitação pelas abelhas



as caixas devem ser pintadas com “verniz de própolis” (uma mistura composta de 50 ml de álcool e 5 g de geoprópolis de espécies de abelhas nativas sem ferrão), verniz ou tinta à base d’água.

### **3.6. Hotel abelha Solitária com pedestal**

**3.6.1.** O hotel para abelhas solitárias deve seguir o mesmo estilo das caixas de revestimento, contertelhado para proteção e parte interna contendo troncos naturais contendo entre 80 (oitenta) e 100 (cem) furações de diversos diâmetros e de pelo menos 8 cm de profundidade e bambus, com entrada pela frente e fundo, base mínima de 16cm, instalado com suporte de madeira tratada com altura de 1 (um) metro do solo. Para melhorar a preservação da madeira e aceitação pelas abelhas as caixas devem ser pintadas com “verniz de própolis” (uma mistura composta de 50 ml de álcool e 5 g de geoprópolis de espécies de abelhas nativas sem ferrão), verniz ou tinta à base d’água.

### **3.7. Caixa cofre/ telhado/suporte-base-pedestal para abelha Jataí**

**3.7.1.** Caixa de revestimento: Essa deverá acompanhar caixas de revestimento respeitando as dimensões da caixa racional de criação. As caixas de revestimento servem para proteção e conforto térmico, devendo possuir uma abertura lateral com dobradiça e ferragem para colocação de cadeado, além de abertura para entrada da colônia, proteção para chuva, suporte de madeira tratada com altura de 1 (um) metro a partir do solo. Para melhorar a preservação da madeira e aceitação pelas abelhas as caixas devem ser pintadas com “verniz de própolis” (uma mistura composta de 50 ml de álcool e 5 g de geoprópolis de espécies de abelhas nativas sem ferrão), verniz ou tinta à base d’água.

### **3.8. Caixa cofre/ telhado/suporte-base-pedestal para abelha Mandaçaia**

**3.8.1.** Caixa de revestimento: Essa deverá acompanhar caixas de revestimento respeitando as dimensões da caixa racional de criação. As caixas de revestimento servem para proteção e conforto térmico, devendo possuir uma abertura lateral com dobradiça e ferragem para colocação de cadeado, além de abertura para entrada da colônia, proteção para chuva, suporte de madeira tratada com altura de 1 (um) metro a partir do solo. Para melhorar a preservação da madeira e aceitação pelas abelhas as caixas devem ser pintadas com “verniz de própolis” (uma mistura composta de 50 ml de álcool e 5 g de geoprópolis de espécies de abelhas nativas sem ferrão), verniz ou tinta à base d’água.

### **3.9. Caixa cofre/ telhado/suporte-base-pedestal para abelha Manduri**

**3.9.1.** Caixa de revestimento: Essa deverá acompanhar caixas de revestimento respeitando as dimensões da caixa racional de criação. As caixas de revestimento servem para proteção e conforto térmico, devendo possuir uma abertura lateral com dobradiça e ferragem para colocação de cadeado, além de abertura para entrada da colônia, proteção para chuva, suporte de madeira tratada com altura de 1 (um) metro a partir do solo. Para melhorar a preservação da madeira e aceitação pelas abelhas as caixas devem ser pintadas com “verniz de própolis” (uma mistura composta de 50 ml de álcool e 5 g de geoprópolis de espécies de abelhas nativas sem ferrão), verniz ou tinta à base d’água.

### **3.10. Caixa cofre/ telhado/suporte-base-pedestal para abelha Guaraipo**

**3.10.1.** Caixa de revestimento: Essa deverá acompanhar caixas de revestimento respeitando as dimensões da caixa racional de criação. As caixas de revestimento servem para proteção e conforto térmico, devendo possuir uma abertura lateral com dobradiça e ferragem para colocação de cadeado, além de abertura para entrada da colônia, proteção para chuva, suporte de madeira tratada com altura de 1 (um) metro a partir do solo. Para melhorar a preservação da madeira e aceitação



pelas abelhas as caixas devem ser pintadas com “verniz de própolis” (uma mistura composta de 50 ml de álcool e 5 g de geoprópolis de espécies de abelhas nativas sem ferrão), verniz ou tinta à base d’água.

### **3.11. Caixa cofre/ telhado/suporte-base-pedestal para abelha Mirim**

**3.11.1.** Caixa de revestimento: Essa deverá acompanhar caixas de revestimento respeitando as dimensões da caixa racional de criação. As caixas de revestimento servem para proteção e conforto térmico, devendo possuir uma abertura lateral com dobradiça e ferragem para colocação de cadeado, além de abertura para entrada da colônia, proteção para chuva, suporte de madeira tratada com altura de 1 (um) metro a partir do solo. Para melhorar a preservação da madeira e aceitação pelas abelhas as caixas devem ser pintadas com “verniz de própolis” (uma mistura composta de 50 ml de álcool e 5 g de geoprópolis de espécies de abelhas nativas sem ferrão), verniz ou tinta à base d’água.

### **3.12. Placa descritiva das colmeias/ suporte**

#### **3.12.1.** Placa modelo

Formato: 15 cm x 17 cm Material: PS 2mm Impressão Digital UV

Acabamento: corte reto, fita dupla-face (VHB) no verso p/fixação

(Cada colméia terá uma placa com o detalhamento que está especificado nos modelos em anexos: Fotos 1; 2; 3; 4; 5).

### **3.13. Placa dos Hotéis/ suporte**

#### **3.13.1.** Formato: 30 cm x 26 cm Material: PS 2mm

Impressão Digital UV

Acabamento: corte especial, 3 placas de 0,30x0,26 formado 1 conjunto. Fita dupla-face (VHB) no verso para fixação. (modelo em anexo: Foto 6; 7; 8; 9)

### **3.14. Placa dos Meliponários/ suporte**

#### **3.14.1.** Formato: 80 cm x 170 cm

Estruturado em metalon com pintura epóxi azul, pé em T invertido, com 50cm

para fincar na terra e impressão digital UV em PS 3 mm, frente. (modelo em anexo: foto 10)

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Utilizar materiais e tecnologias ambientalmente sustentáveis e atender às normas ambientais aplicáveis, incluindo as disposições das Resoluções CONAMA e demais regulamentações pertinentes.

**4.2.** Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos.

**4.3.** Caberá única e exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga e montagem dos materiais necessários para entrega dos produtos.

**4.4.** Os produtos deverão ser fornecidos de forma parcelada, conforme demanda da CONTRATANTE.





**4.5.** Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a CONTRATANTE não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

### **Prazos de Entrega**

**4.6.** A entrega deverá ser feita no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da cópia da Nota de Empenho.

#### **Subcontratação**

**4.7.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. Garantia da contratação

**4.8.** Considerando a natureza do objeto, entende-se que não há necessidade de exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, uma vez que:

**4.8.1.** Baixo risco na execução do objeto – O objeto possui baixo grau de complexidade técnica, execução simples, padronizada e amplamente ofertada no mercado, não demandando investimentos significativos por parte da contratada, tampouco apresentando riscos relevantes de inadimplemento capazes de justificar a exigência de garantia.

**4.8.2.** Custo adicional da garantia pode elevar os preços ofertados – A exigência de garantia onera os licitantes, que tendem a acrescentar esse custo aos preços, refletindo-se em aumento dos preços ofertados e potencial restrição à competitividade do certame, em afronta aos princípios da economicidade, da eficiência e da ampla concorrência.

**4.8.3.** Proporcionalidade e razoabilidade – A Administração deve observar o princípio da proporcionalidade previsto no art. 5º, da Lei 14.133/2021, evitando imposições desnecessárias ou excessivas. Considerando as características da contratação, o baixo risco de inadimplemento e a pronta reposição dos itens, entende-se que a exigência de garantia não se mostra proporcional nem necessária.

**4.9.** Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Na presente contratação não será solicitado marca pois os itens são solicitados conforme descritos no item 3 do presente termo de referência.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** Os produtos serão fornecidos de acordo com a necessidade da CONTRATANTE.

**5.2.** Caso haja algum objeto que tenha sido entregue em divergência com todos os itens constantes neste termo, será recusado sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA para substituição imediata.

**5.3.** Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir o prazo de entrega estabelecido neste termo, deverá informar imediatamente à CONTRATANTE, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar o motivo do não cumprimento do prazo, e o novo prazo previsto para entrega.

**5.4.** A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela CONTRATANTE na forma da lei e de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, informando à empresa da decisão proferida.

**5.5.** Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, a CONTRATADA deverá



providenciar a entrega, respeitando o prazo inicial, e caso não, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na entrega.

**5.6.** A CONTRATADA deverá substituir qualquer objeto que apresente defeito, ou esteja fora das especificações.

**5.7.** A CONTRATADA será a responsável pelo transporte, instalação e manutenção nos locais indicados pela CONTRATANTE.

**5.8.** A CONTRATADA será responsável pelos serviços necessários à instalação e manutenção do Meliponário.

**5.9.** A CONTRATADA deverá realizar a reposição de insumos necessários ao funcionamento.

**5.10.** A CONTRATADA deverá realizar a manutenção preventiva e corretiva durante todo o período de instalação e adequação.

**5.11.** A CONTRATADA deverá dar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos que forem gerados na fabricação e instalação do Meliponário.

## **6. GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1.** A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumprida de imediato.

**6.5.** Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6.** A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**6.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto



nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**6.7.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**6.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**6.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

**6.7.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**6.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**6.8.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**6.9.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá as seguintes rotinas:

**6.9.1.** Acompanhamento do recebimento dos produtos nos locais de entrega, para verificação de marca e qualidade do mesmo.

## **GESTOR DO CONTRATO**

**6.10.** O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**6.11.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.12.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de





2022, art. 21, III).

**6.13.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**6.14.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.15.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**6.16.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

**7.1.** O produto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.2.** Os produtos poderão ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia corrido, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.4.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**



**7.6.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.6.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.7.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.7.1.** o prazo de validade;

**7.7.2.** a data da emissão;

**7.7.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.7.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**7.7.5.** o valor a pagar; e

**7.7.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.8.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.9.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.10.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**7.11.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.12.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.13.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



**7.14.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de Pagamento**

**7.15.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

**7.16.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

#### **Forma de Pagamento**

**7.17.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.18.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.19.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.19.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.20.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reajuste**

**7.21.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado a data do orçamento estimado em 05/05/2026.

**7.22.** Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do contrato, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo contratante do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.23.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.24.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**7.25.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**7.26.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**7.27.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegeram novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente por meio de termo aditivo.



**7.28.** O reajuste será realizado por apostilamento

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta será o menor preço.**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, utilizando o critério MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

**8.2.** O fornecimento será de forma parcelada conforme demanda da CONTRATANTE, visto que trata-se de uma Ata de Registro de Preços.

### **Exigências de habilitação Habilitação Jurídica**

**8.3.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.4.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

- CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.5.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.6.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**8.7.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.9.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**8.10.** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).



**8.11.** Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

**8.12.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.13.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**8.14.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

**8.15.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.16.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.17.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.18.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.19.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.20.** Certidão Negativa de Débitos Municipais;

### **Qualificação Econômico-Financeira**

**8.21.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

**8.22.** O proponente cuja sede seja Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara ou São José dos Pinhais deverá apresentar a certidão negativa de processos falimentares da comarca de Curitiba-PR.

**8.23.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais,

**8.23.1.** Independentemente da estrutura societária, regime jurídico ou porte empresarial, todos os licitantes deverão apresentar balanços patrimoniais e demonstração dos resultados do exercício, incluindo os MEIs, as MEs e as EPPs. Os balanços devem ser elaborados por profissional de contabilidade devidamente habilitado, em conformidade com as normas contábeis vigentes, e ainda, estar devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão equivalente (TCE-PR, Processo nº 243570/23, Acórdão nº 760/2023, Tribunal Pleno, Rel. Cons. Fabio de Souza Camargo, julgado em 10/04/2023, veiculado em 19/04/2023)."





**8.24.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**8.25.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**8.26.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**8.27.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

## **9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**9.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**9.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**9.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**9.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**9.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.5.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.



**9.6.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**9.7.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.7.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**9.7.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**9.7.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**9.7.4.** os danos que dela provierem para o Contratante; e

**9.7.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**9.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**9.10.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**9.10.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**9.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.12.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 31.276,38** (trinta e um mil e duzentos e setenta e seis reais e trinta e oito centavos),

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**11.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação;

AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VÍNCULO
2063	3339039	395	000

## **12. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** A contratada será responsável por todos os custos relacionados à execução dos objetos licitados, incluindo mão de obra, deslocamentos, materiais e equipamentos necessários.

**12.2.** A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada por equipe técnica designada pela Prefeitura de Campo Largo.

**12.3.** Casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Meio Ambiente de Campo Largo, em conformidade com as normas legais aplicáveis.

## **RESPONSÁVEIS**

**ANTONIO CARLOS BERTOJA**  
Gestor do Contrato

**FERNANDA BONATO**  
FISCAL TÉCNICO - TITULAR

**VIRGINIA PRADO SCHIAVON**  
FISCAL TÉCNICO - SUPLENTE





**CAMPO LARGO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

## ANEXOS



AUDIO  
SAIBA MAIS

POLINIZA  
**PARANÁ**

ABELHA  
**MANDAÇAIA**

Foto 1



AUDIO  
SAIBA MAIS

POLINIZA  
**PARANÁ**

ABELHA  
**JATAÍ**

Foto 2





**CAMPO LARGO**  
PREFEITURA MUNICIPAL



AUDIO  
SAIBA MAIS

POLINIZA  
**PARANÁ**

ABELHA  
**GUARAIPO**

Foto 3



AUDIO  
SAIBA MAIS

POLINIZA  
**PARANÁ**

ABELHA  
**MIRIM**

Foto 4







CAMPO LARGO  
PREFEITURA MUNICIPAL



AUDIO  
SAIBA MAIS



# POLINIZA PARANÁ

## ABELHA MANDURI

Foto 5

Foto: Clotilde Ze

Foto: Dióncio SW

**IMPORTÂNCIA:**

Áreas com maior quantidade de cobertura vegetal possuem maior abundância e diversidade de abelhas solitárias, por isso essas abelhas são consideradas bioindicadoras do estado de conservação.

A conservação dessas abelhas é fundamental para manter o equilíbrio de nossos ricos biomas. Vamos ajudá-las!

**POLINIZA PARANÁ**

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Foto 7

**CURIOSIDADES:**

- O Brasil possui a maior diversidade de abelhas do mundo;
- Das 20 mil espécies descritas de abelhas, 85% são solitárias;
- Elas representam 66% dos polinizadores das mais variadas culturas que nós produzimos;
- Principais culturas dependentes da polinização das abelhas solitárias: maracujá, acerola, abóbora, pepino, caju, berinjela, goiaba e castanha-do-Pará.

Foto: Dênis Ferreira Netto

Foto: Clotilde Ze

Foto 8





CAMPO LARGO  
PREFEITURA MUNICIPAL

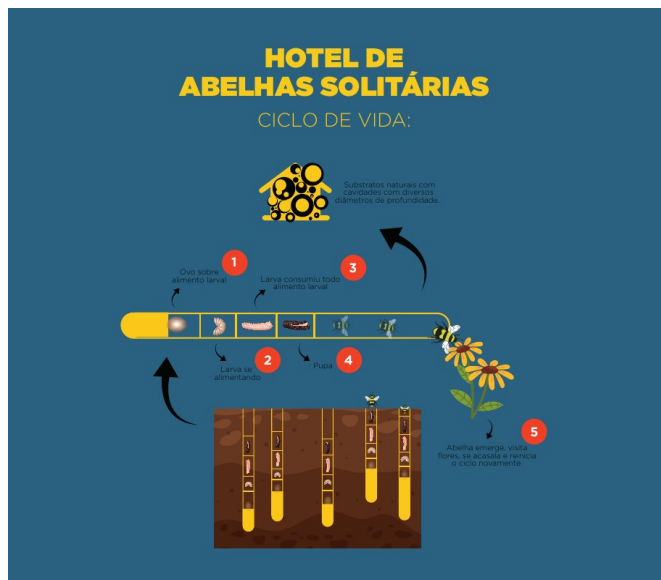


Foto 9

**POLINIZA PARANÁ**

**MUITO ALÉM DO MEL...**

A polinização é o processo que garante a produção de frutos e sementes, além da reprodução de diversas plantas. Por isso, as abelhas se destacam na manutenção e promoção da biodiversidade da Terra.

Segundo o exemplo dos Jardins de Mel de Curitiba, o Estado do Paraná, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável (Sedes), criou o projeto Poliniza Paraná, que busca reunir colônias de abelhas sem ferrão em diversas cidades do Estado para reproduzir polinizadores nativos em seus locais de origem, pois muitos se encontram ameaçados da extinção, além de sensibilizar a sociedade e propagar a conexão com a natureza.

O Poliniza Paraná é um dos meios de se alcançar as metas definidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente as relacionadas ao objetivo 12 - Vida Terrestre.

**CONFIRA AS ESPÉCIES:**

ESPÉCIE	COLÔNIA
MIBIM ( <i>Megachile dorsalis</i> )	A colônia pode apresentar de 200 a 10.000 operárias.
TUBUNA ( <i>Trichocera tubifera</i> )	As colônias costumam ser bastante populosas, podem chegar a 50.000 indivíduos.
HANDACAIA ( <i>Chromocryptus dorsalis</i> )	A colônia pode apresentar de 300 a 1.500 operárias.
GUARAPO ( <i>Chromocryptus dorsalis</i> )	A colônia pode apresentar de 50 a 300 operárias.
JATAI ( <i>Chromocryptus dorsalis</i> )	A colônia pode apresentar de 2.000 a 8.000 operárias.
HANDURI ( <i>Chromocryptus dorsalis</i> )	A colônia pode apresentar até 300 indivíduos.

**CURIOSIDADES:**

- As abelhas auxiliam na produção da maioria dos alimentos no mundo.
- Elas são importantes para a agricultura mundial, pois são responsáveis por polinizar cerca de 1/3 das plantas agrícolas.
- A ação de polinização por animais aumenta a quantidade ou a qualidade de produção agrícola.
- Cerca de 100 espécies de meliponíneos que ocorrem no Brasil se encontram em risco de extinção.
- O risco de extinção se deve ao desmatamento, à poluição e às mudanças climáticas.
- No bioma em que vivemos, a Mata Atlântica, as abelhas nativas são responsáveis pela perpetuação de 90% das espécies vegetais.
- A preservação das abelhas é de grande importância, pois se estima que quase 90% delas foram eliminadas devido ao avanço das ações humanas.

**INSTITUTO ÁGUA E TERRA** **PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Foto 10

